

CLIPPING

Veículo: Portal Amazônia **Data:** 19/ 11 /2008 **Pág.:** Online

Estados da Amazônia Legal terão reforço contra desmate

Acordo entre o Ministério do Meio Ambiente e os governos de Mato Grosso, Pará e Acre pretende levar a esses Estados uma experiência federal que ajudou a diminuir em 59% o desmatamento na Amazônia, e iniciar um projeto piloto para tentar contornar uma grande dificuldade da fiscalização atual: distinguir derrubada legal de árvores de derrubada ilegal.

Chamadas Planos Estaduais de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Brasileira e Cadastramento Ambiental Municipal, as iniciativas serão administradas pelo PNUD e estarão ligadas ao PPCDAM (Plano de Ação para a Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal), programa do governo federal que começou em 2004.

A implementação coincide com uma expressiva queda no desmatamento anual da Amazônia — de 27.423 km² (de agosto de 2003 a agosto de 2004) para 11.532 km² (de agosto de 2006 a agosto de 2007), de acordo dados do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais).

Ações

O plano de ação federal abrange atuações como: criação de unidades de conservação e ênfase em política fundiária; uso de instrumentos de monitoramento e fiscalização; fomento, por meio de crédito rural, incentivos fiscais, pesquisa e assistência técnica, às atividades que conciliem conservação e produção; e políticas de infra-estrutura (sobretudo transporte e energia).

Os planos estaduais - que têm como objetivo fundamental deter o desmatamento da Amazônia nos três Estados - serão elaborados a partir da análise da situação local por consultores contratados especialmente para essa tarefa. Os técnicos deverão formular os planos em conjunto com diferentes setores dos governos estaduais (como os órgãos ambientais e as secretarias do desenvolvimento, de tecnologia e do planejamento) e da sociedade civil (sindicatos, federação de indústrias e ONGs).

- A idéia é o plano ser construído junto com o Estado para ele ser apropriado pelo Estado. Se não houver o apoderamento do projeto pelo Estado, vira um projeto de gaveta -, afirma Sérgio Travassos, consultor do Ministério do Meio Ambiente para esse trabalho.

Alternativas

Os projetos devem priorizar, de acordo com Travassos, o oferecimento de alternativas às pessoas que vivem nessas regiões e desmatam para sobreviver - e não ações esporádicas de fiscalização que, para ele, não resolvem o problema.

- A idéia é fazer com que as ações pontuais não sejam mais tanto a regra, e sejam cada vez menos necessárias. É ter a fiscalização, mas junto com isso levar condições a essas populações locais de sobreviver economicamente sem desmatar ilegalmente, trazê-las para defender a floresta e valorizar a floresta em pé -, afirma.

Para assistir a vídeos com notícias e informações sobre a Amazônia, acesse www.portalamazonia.com/videosdaamazonia. Faça o seu cadastro e assista grátis.

Fonte: Ambiente Brasil - NR